

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.564 - SP (2019/0130299-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : WELLINGTON ODIMAR COSTA ANDRADE
ADVOGADOS : LARA CRISTILLE LEIKO DAMNO GALINDO - SP354881
RAFAEL DOS SANTOS CONCEIÇÃO - SP391429
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSIANE CRISTINA CREMONIZI GONÇALES E OUTRO(S) -
SP249113

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por WELLINGTON ODIMAR COSTA ANDRADE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO - INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO AGRAVANTE MANTENDO A DECISÃO QUE DETERMINOU A COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO VALOR DO PREPARO DA APELAÇÃO OU O SEU RECOLHIMENTO EM DOBRO - AGRAVANTE QUE NÃO APELOU DA PARTE DA SENTENÇA QUE REVOGOU O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRECLUSÃO MANIFESTA - INTIMAÇÃO PARA A COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO VALOR DO PREPARO MANTIDA - INTELIGÊNCIA DO ART 1007 CAPUT E §4 CPC - PLEITO PARA CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA FORMULADO EM MOMENTO PROCESSUAL INOPORTUNO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO

Alega violação do arts. 98 e 1.012 do CPC e art. 1º da Lei 1.060/50, no que concerne ao recolhimento do preparo e à assistência judiciária gratuita, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ora, Doutos Ministros, o Acórdão guerreado deveria ter deferido a gratuidade da justiça ao Recorrente, pois esse faz jus a tanto, e não é porque o Juízo a quo revogou tal benefício que não poderia o Sodalício ter concedido novamente, ou ter recebido o recurso nos efeitos devolutivo e acima de tudo suspensivo, com a efetiva suspensão do decisum de Primeiro Grau, conforme dispõe o artigo 1.012 do CPC/2015 (fl. 237).

Se não bastasse isso, Excelências, o Acórdão da 13ª. Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo violou

flagrantemente também os dispostos nos artigos 98 do CPC/2015 e 1º da Lei 1.060/50, na medida em não apreciou condignamente pleitos quanto a concessão ao Recorrente da assistência judiciária gratuita (fl. 238).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Dessa forma, constituindo-se o preparo um dos requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos e não gozando o apelante do benefício da justiça gratuita, posto que revogado na sentença, **sem qualquer impugnação específica sobre este aspecto** - outro requisito formal exigido pelo art. 1.010, III, CPC -, correta a decisão que determinou a comprovação do recolhimento do valor do preparo da apelação, nos moldes em que proferida (fl. 207) (grifo nosso)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os

honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

